



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/11/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia, senhoras e senhores.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos 27ª Audiência Pública Geral e 4ª Audiência Pública Regional Norte-Oeste, com a participação das Subprefeituras do Butantã, Pinheiros, Lapa, Perus/Anhanguera, Pirituba/Jaraguá, Freguesia/Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha, para discutir o PL 578/2023, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública foi publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* em 3/10/2023 e 24/10/2023, no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 3/10/2023 e 25/10/2023, e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde 25/10/2023.

As inscrições para pronunciamento presencial estarão abertas na secretaria da Comissão, do meu lado direito, até o término da apresentação ou explanação dos convidados.

Informo que as demandas ao orçamento 2024 podem ser apresentadas pelo *hotsite* www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2024 ou pelo *e-mail* da Comissão, financas@saopaulo.sp.leg.br e por um formulário que pode ser obtido junto à secretaria. É um formulário em que os munícipes, tendo alguma dificuldade no acesso pelo site, podem preencher de forma física com suas demandas.

Convido para comporem a Mesa os Srs.: Samuel Halize de Godoy, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal, representando o Sr. Luís Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; Sidinei Couto Junior, Subprefeitura Butantã; Leonardo Casal Santos, Subprefeitura Pinheiros; Elvis Olívio Tomé, representando o Sr. Ismar Marcilio de Freitas Neto, Subprefeitura Lapa; João Batista Bassolli, representando a Sra. Luciana Torralles Ferreira, Subprefeitura Perus/Anhanguera; Fabio Luís Barbosa, Chefe de Gabinete, representando o

Subprefeito Marcos Antônio Zerbini, de Pirituba/Jaraguá; Sérgio Rodrigues Gonelli, da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia; Guaracy Fontes Monteiro Filho, da Subprefeitura Casa Verde/Cachoerinha.

Também foram convidados para esta audiência pública o Vereador Sidney Cruz, relator do orçamento, e a sociedade em geral.

Como é de praxe, passarei a palavra para cada representante. De antemão, já peço desculpas pelos descuidos, pois às vezes posso confundir um com outro. Costumo dizer que incomodo muito os subprefeitos muito pelo telefone. Eu brincava há pouco com o Sérgio que já falei umas 300 vezes com ele e somente hoje fui vê-lo pessoalmente.

Temos uma dinâmica das audiências regionais. Esta audiência compreende essas subprefeituras, embora, necessariamente, o tema não sejam as subprefeituras. Até por uma oferta propositiva do nobre relator, nós procuramos, dentro das cinco audiências regionais, englobar todas as subprefeituras da cidade de São Paulo. Estamos realizando hoje audiência voltada para a região Noroeste, porque São Paulo ficou muito grande. Quando falamos em Butantã, estamos falando já da região Sudoeste.

Então, hoje serão essas subprefeituras, mas o tema pode ser obviamente aquele que se destacar. Teremos a exposição do Dr. Samuel, da Secretaria da Fazenda, que coloca o orçamento como um todo, o que, por nosso pedido, eles vêm fazendo com muita competência. Eles destacam os investimentos regionalizados.

Passarei a palavra imediatamente para uma saudação, segundo a minha ordem, para os subprefeitos. Começo com o Subprefeito do Butantã, Dr. Sidinei Couto Junior.

O SR. SIDINEI COUTO JUNIOR – Bom dia a todos. A Subprefeitura do Butantã está presente para escutar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, Dr. Sidinei. Tem a palavra o Sr. Leonardo Casal Santos, Subprefeitura Pinheiros.

O SR. LEONARDO CASAL SANTOS – Obrigado, Vereador Presidente, pelo convite feito a nós. Cumprimento também o relator e as pessoas presentes. Eu gostaria de falar,

Vereador, da importância dessas reuniões para a gente que faz gestão pública, do lado de cá da mesa; e a gente poder sentar aqui agora e escutar os desejos e ensejos da população. Esses momentos de trocas são muito ricos. A peça orçamentária e as necessidades da subprefeitura já foram para o Executivo e agora estão no Legislativo, e é nesse momento que a gente consegue - nesse diálogo entre Poder Executivo, moradores locais e Poder Legislativo – dizer aos Vereadores que precisamos de um pouco mais de dinheiro nas subprefeituras. E é também momento em que a gente tem oportunidade de mostrar essa pressão orçamentária para a manutenção e o dia a dia da nossa zeladoria.

Então, é muito importante para a gente estar aqui. Agradeço de novo o convite que foi feito. Tenho certeza de que nessa nossa região Norte-Noroeste-Sudoeste-Oeste – seja lá como a geografia hoje está chamando – está batendo recorde, mas eu acho que são os subprefeitos mais unidos e participativos. Então, contem conosco sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Subprefeito da Lapa, o Sr. Ismar Marcílio de Freitas Neto, representado pelo Elvis. Cadê o Elvis? (Pausa) Tem a palavra Sr. Elvis Olivio Tomé, Coordenador de Finanças.

O SR. ELVIS OLIVIO TOMÉ – Bom dia, Vereador Jair. Bom dia a todos os subprefeitos presentes, Leo. Quero cumprimentar meu supervisor de finanças Miguel, que nos dá todo o suporte no dia a dia.

Estou à disposição e, se houver alguma questão da Lapa especificamente, podemos responder aqui ou mesmo depois. E até para fazer jus ao que o Leo, Subprefeito de Pinheiros, disse, estamos aguardando apenas algumas definições acerca da expressão orçamentária para definir o exercício de 2024.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Elvis.

Agora, a Subprefeitura Perus/Anhanguera, representando a Subprefeita Luciana Torralles, o Sr. João Batista, chefe de gabinete.

O SR. JOÃO BATISTA BASSOLLI – Bom dia, Vereador. Bom dia a todos. Estou

representando a Subprefeitura de Perus/Anhanguera, em nome da Luciana Torralles. Quero agradecer a todos. Estamos aqui à disposição no que for possível, no que pudermos responder. Estou aqui com o Nicolás, representante de Finanças. Vamos ficar aqui até o final para qualquer esclarecimento. Estamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, João Batista.

Vamos para Pirituba/Jaraguá, Sr. Marcos Zerbini, representado pelo Sr. Fabio Luis Barbosa, que é o Chefe de Gabinete.

O SR. FABIO LUIS BARBOSA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, aos Vereadores, Comissão. Meu nome é Fabio, represento a Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá. A Subprefeitura está sempre de portas abertas. Nós também já apresentamos as nossas necessidades orçamentárias para o ano que vem, 2024. E a Subprefeitura está pronta para atender o que o Orçamento nos trouxer para atender as necessidades da população.

Conseguimos, hoje, detectar as maiores necessidades. Temos um apoio muito grande do nosso Prefeito Ricardo Nunes, que está sempre ouvindo, está sempre atento ao que a Subprefeitura precisa. Temos certeza de que esse orçamento de 2024 vai ser muito favorável para todas as subprefeituras, no sentido de aumentar a zeladoria, aumentar todo o atendimento à população. Estou à disposição durante toda a audiência, depois dela também, precisando é só chamar.

Bom dia a todos. Boa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fabio.

Agora, a Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, Subprefeito Sérgio Rodrigues Gonelli. Por favor, venha pelo outro lado.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES GONELLI – Olá, bom dia a todos. Quero parabenizar o Vereador Jair Tatto, o Vereador Sidney Cruz. Também saudar meus colegas de trabalho, os Subprefeitos e seus representantes.

Realmente como citou o nosso Subprefeito Leo, as Subprefeituras estão aí, esse ano

já tivemos um grande apoio do Prefeito Ricardo Nunes, que acabou nos suprimindo e dando condições para que a zeladoria pudesse ser aumentada, para que pudéssemos melhorar nosso trabalho. Esperamos que para o ano de 2024 também tenhamos esse suporte, que seja um ano até melhor para que possamos continuar dando essa resposta à população, que é fazer a entrega de uma zeladoria de qualidade, dar uma cidade cada vez melhor aos munícipes.

Estarei à disposição, inclusive ao final, caso alguém tenha algo mais relacionado à Subprefeitura Freguesia/Brasilândia. Deus abençoe e que tenhamos uma ótima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sérgio.

Agora, a Subprefeitura de Casa Verde/Cachoeirinha, Guaraci Fontes Monteiro Filho. Está aqui (risos), precisa colocar em amarelinho na lista se não penso que o Guaracy não veio, mas está aqui. Tem a palavra, Guaracy.

O SR. GUARACY FONTES MONTEIRO FILHO – Bom dia a todos. Cumprimento o Vereador Jair Tatto, Vereador Sidney Cruz, meus colegas Subprefeitos, população em geral aqui presente. Estou aqui com meu CAF, o Giordano.

Quero dizer que essa audiência é muito importante, a qual nos remete ao Orçamento, algo que já foi dito pelos meus colegas: é fundamental para que consigamos desenvolver um trabalho eficiente, com respostas rápidas à cidade para o ano que vem. Conto com a colaboração da Câmara Municipal de São Paulo para que possamos exercer o nosso papel, que é de representar a sociedade na Subprefeitura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Guaracy, Subprefeito de Casa Verde.

As inscrições estão abertas, na assessoria legislativa. Enquanto isso, passo a palavra ao nobre Vereador Relator do Orçamento 2024, Sidney Cruz.

O SR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Hoje, 11 de novembro, nossa 4ª Audiência Pública Regional, Norte/Oeste, do PL 578/2023.

Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente da audiência Jair Tatto, também Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, um mestre na Câmara Municipal, com quem tenho a honra de trabalhar desde 2021, com o qual venho aprendendo muito, afinal sou Vereador

de primeiro mandato.

Quero cumprimentar todos os Subprefeitos presentes e seus representantes. Também saúdo o Dr. Samuel, representando o Secretário da Fazenda, sempre presente, fazendo suas explanações e apresentações brilhantes e esclarecedoras.

Saúdo o Subprefeito do Butantã, meu xará na pronúncia, só não na escrita, que é um pouco diferente, Sidinei. Cumprimento o Subprefeito também, acompanhado do Felipe da Silva Andrade Pinheiro, Coordenador da Administração Financeira; o Subprefeito de Pinheiros Leonardo; o Subprefeito da Lapa, representado pelo Sr. Elvis Olívio Tomé, Coordenador de Finanças; e ainda o Sr. Miguel dos Santos, Supervisor de Finanças.

Saudar a Subprefeitura Perus/Anhanguera, representada pelo Sr. João Batista; o Subprefeito de Pirituba/Jaraguá, não presente, mas que mandou representante, o Chefe de Gabinete Fabio, por favor envie meu abraço ao Zerbini, ex-Deputado Estadual; a Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, meu amigo Sérgio, por favor mande um abraço para a Sandra, guerreira; a Subprefeitura de Casa Verde/ Cachoeirinha, querido Guaracy.

Cumprimento todos os presentes. Fico muito feliz com essa presença da população, com a proposta da Comissão de Finanças, apresentação e a realização dessas audiências regionais. Como falei, essa é a nossa 4ª audiência. Estou Relator por dois anos consecutivos. No ano passado, tive a honra e a responsabilidade de relatar o Orçamento e este ano novamente.

A ideia de nós regionalizarmos essas audiências públicas é para justamente ouvir a população, possibilitar a participação da sociedade, pois entendemos que um orçamento justo e participativo traz mais justiça mesmo. Ele acaba sendo encaminhado para as necessidades reais da população, também nas periferias da cidade de São Paulo. Acho que temos de usar o Orçamento para combater a desigualdade social. E, na verdade, só combatemos mesmo uma desigualdade social com uma distribuição que acolha as necessidades da própria população, portanto, ouvindo as pessoas que são beneficiadas - ou não - com o orçamento da cidade de São Paulo. Por isso estamos aqui: para tentar, dentro do possível, fazer com que esse orçamento atenda às necessidades de toda a população do Município.

Quero cumprimentar toda a assessoria, guerreiros. Saudar também o pessoal da Rede Câmara e todos que nos acompanham pela Rede Câmara.

Aproveito para agradecer, em nome do Presidente e de toda a Comissão, os intérpretes de libras, a Mirela e a Tamires, muito obrigado. Então vamos prosseguir aí com mais essa importante audiência pública.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Relator Vereador Sidney Cruz. As inscrições continuam abertas. Temos uma exposição, e claro, suas considerações e fala. Então, passo já imediatamente ao Dr. Samuel Halize de Godoy, que é Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal, a chamada SUPOM. Tem a palavra, Samuel.

O SR. SAMUEL HALIZE DE GODOY – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todas e todos que estão conosco. Bom dia a você que está nos assistindo pela internet ou pela TV Câmara. Bom dia aos Subprefeitos, aos representantes das Subprefeituras, aos Srs. Vereadores, Sr. Presidente e Sr. Relator. Também bom dia à equipe da Câmara, da TV Câmara, bom dia a todos.

Meu nome é Samuel, como já apresentado, trabalho na Secretaria Municipal da Fazenda, sou Analista de Políticas Públicas e, atualmente, Subsecretário de Planejamento e Orçamento. Minha missão é, aqui, hoje, trazer os números do projeto de lei de orçamento anual de 2024 para vocês, com foco nas regiões Norte e Oeste de São Paulo, que reúnem sete Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Samuel, só um instante, esqueci um detalhe. As inscrições estão abertas, mas ao final, então, da fala do Samuel, elas se encerram. Desculpe, só esse aviso.

O SR. SAMUEL HALIZE GODOY – Imagina, sem problemas, Sr. Presidente. São sete subprefeituras que estão reunidas para essa audiência hoje. Ao final da minha fala, traremos os números específicos de cada uma delas, com foco também nas políticas de habitação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. SAMUEL HALIZE DE GODOY – Vamos começar falando um pouco sobre o cenário econômico, que dá base para os números que chegam ao projeto de lei do orçamento anual do ano que vem.

A gente vem trabalhando com um crescimento menor do PIB. A estimativa de PIB não chega a 2%, o crescimento do PIB para 2024. E esses números do cenário econômico vêm do Boletim Focus, que é o boletim produzido pelo Banco Central do Brasil, com as expectativas de representantes do mercado.

Então há uma queda na taxa de crescimento do PIB; uma queda também na inflação, que não chega a 4%, segundo o mesmo Boletim Focus, na data de envio do projeto. Uma queda na taxa de juros; ou seja, com menos inflação, menos taxa de juros, esperamos... (Pausa)
Desculpem, caiu algo, obrigado. Então, com uma menor taxa de juros e uma menor taxa de inflação, tendemos a ter uma aceleração da economia e, com a aceleração da economia, nós tendemos a esperar um aumento de arrecadação de impostos no Município de São Paulo. Mas, como veremos mais à frente, existem alguns fatores que modulam essa expectativa.

Nos últimos anos, nossa arrecadação de Imposto Sobre Serviços, que são os impostos pagos pelas empresas que prestam serviços em São Paulo, tem vindo com uma estagnação. Para a projeção de 2023, na data de envio do projeto, esperamos 27 bilhões de reais de ISS; no IPTU tem uma pequena queda em relação ao ano passado, o IPTU é o imposto que pagamos quando se possui um imóvel na Capital, são mais ou menos 13 bilhões de reais projetados para esse ano, valor um pouco menor do que os 15 do ano passado. Já o Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos, aquele que pagamos ao comprar e vender um imóvel na Capital, está mais ou menos em linha com o que foi arrecadado o ano passado, estamos projetando 3 bilhões de reais para esse ano. E de transferência do ICMS, que é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - cobrado pelo Estado de São Paulo - vemos uma queda, pois houve uma diminuição da alíquota cobrada por alguns serviços prestados no Estado e uma

desaceleração também econômica, o que resulta numa menor arrecadação e, portanto, uma menor transferência da cota parte desse imposto para o Município de São Paulo.

Já em relação ao IPVA, que é o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, o Governo do Estado também tende a transferir um pouco menos, esse ano, do que transferiu no ano passado, seriam mais ou menos 3 bilhões de reais esse ano.

As transferências relacionadas à saúde, que tinham atingido seu ápice em 2020, por conta da pandemia, da necessidade de combater os efeitos da pandemia de Covid-19, retomaram o patamar pré-pandemia, ou seja, mais ou menos 2,7 bilhões de reais devem ser transferidos até o final deste ano.

Quanto à educação, vemos uma estabilidade no nível, mais ou menos 7,3 bilhões devem ser transferidos até o final deste ano.

Para a assistência social muito pouco é transferido pelos governos Federal e Estadual para o Município de São Paulo. Isso não chega a 150 milhões de reais. Como vocês poderão ver, no orçamento de 2024 teremos 2,3 bilhões de reais previstos para a assistência social. Muito pouquinho desse recurso vem de transferência de outros governos, a grande maioria vem de recursos próprios do Município.

Em termos de receita de capital, a outorga onerosa, quando tenho um empreendimento imobiliário e o empreendedor paga algo para o Fundo de Desenvolvimento Urbano, existe uma projeção menor de arrecadação para esse ano do que aquela do ano passado, que bateu um bilhão. Esse ano não devemos chegar a 900 milhões de reais.

Em relação às transferências da Sabesp para o Município de São Paulo, por conta do convênio existente entre Município e Sabesp, é uma estabilidade que observamos, mais ou menos 600 milhões de reais todos os anos, nos últimos cinco anos.

Já as receitas de capital transferidas para o Município de São Paulo são muito poucas, não chegam a 50 milhões de reais.

E, a partir de agora, vamos ver os desafios das despesas. Como que as principais, as maiores despesas caminharão nos últimos cinco anos.

A primeira delas é a educação. Sempre que temos um aumento de orçamento, temos, necessariamente, um aumento das despesas com educação. Por quê? Porque a Constituição Federal estabelece que, pelo menos, 25% das receitas do Município com impostos têm de ser aplicadas em educação. E a Lei Orgânica do Município de São Paulo aumenta esse percentual para 31%. No Plano Municipal de Educação isso deve chegar a 33 ou 34% também nos próximos anos.

Então vemos que, no ano passado, foram empenhados 20,7 bilhões com educação e, esse ano, o orçamento disponível, quando o projeto foi enviado, já era de 20 bilhões, cento e poucos milhões de reais para a educação. Esse número também está sujeito a mudanças até 31 de dezembro.

No caso da saúde, vocês podem ver que existe um aumento constante, ano a ano, não por causa da pandemia, mas, ano a ano os gastos com saúde vêm aumentando. No ano passado, empenhamos 17,5 bilhões de reais. Esse ano, no momento do envio do projeto, já tínhamos disponíveis 19 bilhões, duzentos e poucos milhões com a saúde no Município. Esse número já é maior e esse número vai ficar maior até o final do ano.

Na assistência social, até o ano passado, tínhamos batido 2 bilhões, mesmo 1,8 bilhão, com a assistência. Esse ano, no momento do envio do projeto, já estavam disponíveis 2,604 bilhões. Para o projeto de lei orçamentária anual, esse número já é dois, trezentos e alguma coisa.

Na compensação tarifária, que é aquela diferença que o Município paga em relação à tarifa de ônibus, que é cobrada dos usuários para que o sistema funcione, ou seja, se a tarifa custa 4,40, temos de ir até eles e aportar ainda um tanto para que o sistema continue funcionando, esse tanto é a compensação tarifária. Sempre que aumentamos a tarifa, não aumentamos ou reduzimos a compensação tarifária. Quando não aumentamos a tarifa, e tem a inflação e expansão da rede, nós aumentamos a compensação tarifária. Esse número bateu 5 bilhões de reais em 2022 e, no momento de envio do projeto, já tínhamos disponíveis quatro, duzentos e alguma coisa. E, hoje, em 11 de novembro, esse número já está próximo de 5 bilhões

e vai ficar maior do que 5 bilhões até o final do ano, muito provavelmente por conta da inflação e da necessidade de manutenção do sistema de transporte coletivo.

Em relação à limpeza urbana, as duas grandes principais despesas que temos são a coleta e destinação dos resíduos domiciliares, e a varrição dos logradouros e lavagem dos equipamentos públicos. No ano passado, a gente teve, 2 bilhões, 800 e alguma coisa nessa política de limpeza urbana, nesses dois tipos de serviço. No momento de envio do projeto, a gente já tinha disponíveis 2,7 bilhões; esse número também fica maior até o final de 2023.

Com isso, a gente pode falar do cenário para 2024, quais são os números. Mas, antes de falar dos números, vamos falar como é esse negócio de projeto de lei de Orçamento e como ele funciona. O projeto de lei é um documento muito grande, com muito mais de três mil páginas, e organizado em alguns cadernos para que fique mais fácil de localizar a informação. Além do texto principal, que mostra quanto é a despesa e mostra os artigos primeiro, segundo, terceiro e, assim por diante, a gente tem uma mensagem do Prefeito que vai mostrar quais são os destaques setoriais, o que ao Prefeito chama mais atenção, qual é o cenário econômico com o qual a gente trabalhou e como foi feita a participação social na elaboração do projeto.

Depois, a gente tem seis cadernos. O primeiro caderno traz uma série de demonstrativos resumidos do projeto de lei; o segundo caderno mostra as nossas receitas, ou seja, todos os recursos que a gente está prevendo que vai arrecadar em 2024; o terceiro caderno trata de todas as despesas em detalhes; então, se você mora na Lapa e quer saber quanto o subprefeito da Lapa vai gastar com o material de consumo para administração das subprefeituras, estará no terceiro caderno; se quer saber quanto a Câmara Municipal vai pagar de salários ou de benefícios, estará no terceiro caderno, e assim por diante. No quarto caderno, a gente vai tratar da dívida pública do município de São Paulo; o quinto caderno vai tratar do Orçamento, dos investimentos das empresas controladas pelo município, que não fazem parte do Orçamento Fiscal, que são as sociedades de economia mista que o município controla, como a CET, a SPTrans e a Prodam-SP; o sexto caderno vai tratar da participação social. São todas as propostas do Orçamento Cidadão que foram eleitas e analisadas em relação à sua viabilidade.

Para 2024, a gente está prevendo 110,7 bilhões de reais de receitas. Desse total, 10 bilhões são para as chamadas Receitas Intraorçamentárias, todo aquele recurso que circula dentro do próprio Orçamento; ou seja, se a Secretaria de Habitação está contratando a Companhia Metropolitana de Habitação - Cohab para promover a habilitação, para promover auxílio-aluguel, esse recurso está caminhando dentro do Orçamento. Por isso, a gente separa o Intraorçamentário do Orçamentário: o Orçamentário são 100 bilhões, o Intraorçamentário são outros 10 bilhões, e a soma são 110 bilhões. A gente tem, então, uma variação de mais ou menos 15,5% para mais em relação ao que estava previsto na LOA de 2023.

Em relação a impostos, especificamente a receita de impostos, a gente está prevendo um crescimento de 8,5% em relação ao ISS, 6% em relação ao IPTU, 5,6% em relação ao ITBI e um decréscimo de 4 %, ou seja, uma diminuição de 4%, na transferência de ICMS e um aumento da projeção do IPVA, o imposto cobrado de quem possui veículos automotores.

Existem algumas receitas que não são recorrentes, receitas que vêm de vez em quando, concentradas durante o ano. A gente tem 287 milhões de Cepacs, que são títulos que são negociados na Bolsa para poder construir prédios muito grande ou, enfim, explorar mais do que o potencial construtivo típico de um imóvel. A gente tem algumas desestatizações: são 154 milhões de reais em desestatizações previstos; 7,3 bilhões em operações de crédito, que são empréstimos. Como o município renegociou sua dívida – ela baixou muito – e fez a reforma previdenciária, abriu-se um espaço para que a gente possa fazer novas dívidas, para que a gente tenha muito recurso e muito rápido para fazer investimentos e a gente possa pagar esse recurso para os bancos, para os financiadores num período mais longo, o que é mais vantajoso para o município para poder fazer investimentos rápidos.

A gente tem alguns convênios com a União, com o Estado e devemos fazer também a nossa sessão da folha de pagamentos, que é a contratação de um banco para ele processar a folha de pagamentos da Prefeitura. Quando a gente faz essa contratação, o banco paga pelo direito de explorar esse serviço de folha de pagamento da Prefeitura. Estamos prevendo arrecadar uns 700 milhões de reais no ano que vem.

Existem também as chamadas renúncias e benefícios fiscais, que são tudo aquilo que é imposto que a gente poderia cobrar, mas não cobra porque existe uma isenção, existe um desconto, existe um benefício, um incentivo fiscal. Para 2024, são 27,3 bilhões de reais em renúncias e benefícios fiscais que estão devidamente compensados na projeção de receitas.

Agora a gente vai olhar para as despesas, para todos os gastos da Prefeitura. Como o nosso Orçamento é equilibrado, com 110,7 bilhões de receita, a gente vai ter também 110,7 de despesa; ou seja, para cada real arrecadado, a gente tem um real gasto.

Para as despesas correntes, nós 93 bilhões de reais; *grosso modo*, são despesas do dia a dia, despesas de custeio. Para as despesas de capital, são 16 bilhões; são aquelas despesas que ficam imobilizadas, que a gente vai colocar para construir uma coisa nova, para fazer uma subvenção, para aumentar o nosso patrimônio. Para pessoal e encargos, são 38,8 bilhões de reais; são salários, aposentadorias, pensões e benefícios para manter as pessoas que estão trabalhando na Prefeitura e os aposentados e pensionistas que recebem seus vencimentos mensais. Para outras despesas correntes, são 53 bilhões de reais; são pagamentos de serviços de manutenção, limpeza, merenda, pintura, pequenos serviços que são contratados e mais todas as despesas de custeio relacionadas aos serviços públicos, como, por exemplo, limpeza urbana.

Para investimentos, são 14 bilhões de reais, um número muito alto, o maior número da série histórica recente para investimentos em São Paulo, e o resto está distribuído em outros grupos de natureza de despesa. Mais detalhes podem ser encontrados no primeiro e terceiro cadernos do projeto de lei.

Olhando especificamente para os grupos, a gente deve ter um crescimento em torno de 9% nos gastos com pessoal, sendo 10 % do pessoal ativo, porque a gente está contratando mais gente, a gente fez concursos recentemente, nomeou pessoas aprovadas em concurso e houve reajuste dos salários dos servidores, que estavam congelados há muitos anos, e aumento de 7% nas aposentadorias e pensões, que é o pessoal inativo. Além disso, deve ter também um aumento de 10% nas outras despesas correntes. E por que aumentam as despesas correntes?

Porque sempre que a gente investe para construir um hospital, construir uma escola, uma UBS, a gente tem que manter esse equipamento funcionando e, para isso, tem que comprar remédio, tem que pagar enfermeiro, tem que pagar professor, tem que pagar coordenador pedagógico, e essas são as despesas correntes. As outras despesas correntes são materiais, os serviços relacionados com a manutenção daquele equipamento.

Como eu disse, o aumento de 35 % nos investimentos é o maior número da série recente. A gente deve abrir um grande espaço para investimento no ano que vem, e boa parte desse investimento está naquelas operações de crédito que eu mencionei alguns *slides* atrás.

Temos também aumento nas inversões financeiras, no serviço da dívida, porque, como a gente pretende fazer contratação de empréstimo, a gente deve ter aumento do serviço da dívida e sentenças judiciais, que basicamente são os precatórios que nós temos que pagar, e temos prazo para fazer isso. No total, como eu tinha falado, um aumento de mais ou menos 15,5% do Orçamento de 2024 em relação ao Orçamento aprovado de 2023. Olhando só para a parte Intraorçamentária, a gente deve ter um aumento de 25%.

No PLOA 2024, na mensagem do Prefeito, tem uma parte destacando todo o Orçamento voltado para mudanças climáticas. Nós reunimos todas as ações que estão relacionadas com adaptação, prevenção e mitigação de mudanças climáticas e, somados, isso deu 16,6 bilhões de reais que já estão dentro do Orçamento, que são ações voltadas a essa pauta de mudanças climáticas e que estão distribuídas em seis programas: sustentabilidade, gestão de riscos, mobilidade urbana, promoção da cidade, promoção do crescimento econômico e requalificação de espaços públicos. Isso tudo também identificado no PLOA.

Em relação aos setores de políticas públicas, os nossos destaques setoriais, quais são as políticas com as quais a gente gasta mais recurso em 2024? Em primeiro lugar, naturalmente, educação. Se a gente tem que gastar 25% da receita corrente líquida com educação, *grosso modo*, 25% vão ser gastos com isso, e é isto que está escrito aqui: quase 26 bilhões de reais em 2024 devem ser gastos com educação. Com a saúde, esse número chega a 19 bilhões; 11,7 em transporte; 8,5% em urbanismo; 7 bilhões em habitação e saneamento – só

em habitação são 5,3 bilhões de reais. Em assistência, 2,3 bilhões, e mais uns 300 milhões em direitos de cidadania, 1,2 bilhão em segurança pública e 1 bilhão em cultura. Eu estou pegando as funções orçamentárias. Então, esse 1 bilhão de reais vai estar somente na Secretaria de Cultura, previsto para ser gasto com a função cultura, que está presente na Secretaria de Cultura, na Fundação Theatro, na Spcine, nas subprefeituras e em algumas outras Secretarias.

De outro lado, a gente tem a participação social. Na elaboração do projeto de lei do Orçamento, como tem todo ano, a gente tem o processo chamado Orçamento Cidadão. No mês de abril, nas audiências públicas e no Participe+ da internet, nós recebemos 3.313 propostas da população, todas priorizadas pelo Conselho Participativo nas 32 subprefeituras e resultou num conjunto de 480 propostas consideradas prioritárias, que foram para votação popular no Participe+ nos meses de maio a junho e, dessas, 192 foram eleitas e seguiram para análise das Secretarias, que considerou viáveis 95 propostas e se comprometeu a fazer 102 compromissos públicos relacionados a elas.

No mês de outubro, ocorreram as audiências públicas devolutivas em período noturno e também de forma *online*. A boa notícia é que o número de 95 propostas vai ficar maior, porque, durante as devolutivas, as Secretarias fizeram algumas reconsiderações e algumas das propostas que tinham sido consideradas inviáveis passaram a ser viabilizadas. Por isso, o número final vai ser um pouquinho maior que esse, apesar de que o número oficial continua de 95. Todas as propostas consideradas viáveis que resultam em compromissos são monitoradas pelas Secretarias e, a cada quatro meses, elas têm que divulgar as informações de andamento das propostas também no portal Participe+, no site <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>, onde as propostas de 2023 estão sendo monitoradas, assim como foram as de 2021 e as de 2022.

Agora a gente chega onde todo mundo que está aqui quer saber: qual será o Orçamento para esta região, a região Norte e a região Oeste. O que é a regionalização? É saber onde especificamente no território a gente vai gastar o dinheiro e saber onde a gente precisa gastar para que todas as regiões da cidade possam ter mais acesso a serviços, para que Cidade

Tiradentes, Guaianases e Itaim Paulista tenham o mesmo nível de acesso a serviços e infraestrutura do que Pinheiros, Lapa, Butantã, Sé, e assim por diante.

Este *slide* mostra a distribuição de recursos por região. Dentro do PLOA, no *site* da Fazenda tem uma base de dados por detalhamento da ação, que é o código que a gente usa para identificar em qual região, em qual subprefeitura está previsto cada real do Orçamento. Para a região Centro, são 4,5 bilhões de reais, mais ou menos; na Leste, são 16,8 bilhões; na Norte, 9,7 bilhões; na Oeste, 5,1 bilhões; na Sul, 14,18 bilhões, e há 60 bilhões de reais para os quais nós não conseguimos identificar a região beneficiada porque são gastos com pessoal, gastos com precatórios, gastos com a dívida, gastos com custeio de uma Secretaria específica que presta serviço para a cidade inteira. São, por exemplo, gastos para manter a Secretaria da Fazenda, que beneficiam não só a região da Sé, mas a cidade inteira. Por isso, são suprarregionais.

Dentro da região, para a maior parte das despesas, a gente consegue identificar quanto está beneficiando cada subprefeitura, mas também há as despesas que a gente não consegue identificar qual a subprefeitura específica que está sendo beneficiada. São as Despesas Supra Subprefeituras, mostradas na terceira coluna.

Agora a gente vai olhar para as subprefeituras que foram convocadas hoje. A tabela nos mostra a lista das sete subprefeituras que estão reunidas aqui: Butantã, Casa Verde, Cachoeirinha, Freguesia/Brasilândia, Lapa, Perus/Anhanguera, Pinheiros e Pirituba/Jaraguá. Na segunda coluna, a gente tem algo chamado “defesa no território”. Os subprefeitos que estão aqui podem estar pensando: “Mas a minha subprefeitura não tem 1 bilhão, 306 milhões de reais orçados, mas somente 41 milhões”. Por que essa diferença e o que mostra cada coluna? A coluna mostra quanto dinheiro a Prefeitura, o município como um todo, está aplicando no território abrangido pela Subprefeitura Butantã; ou seja, quanto gasto com investimentos em habitação, em saúde, em educação, em cultura e em assistência está sendo voltado para lá.

Existe algo chamado órgão Subprefeitura, que realiza algumas ações de zeladoria urbana, programação cultural e atividades esportivas, além dos investimentos e das despesas

que são executadas por todas as outras Secretarias, inclusive a Secretaria de Subprefeituras. O órgão Subprefeitura Butantã tem um orçamento de 41 milhões, que estão para ser administrados pela Subprefeitura do Butantã, mas a região da Subprefeitura do Butantã deve receber 1 bilhão, 306 milhões de reais em investimentos de custeio em 2024. Da mesma maneira, a Casa Verde deve receber 1 bilhão, 157 milhões, dos quais 27 milhões estão atribuídos ao órgão do Subprefeitura da Casa Verde. A Freguesia deve receber 1 bilhão, 237 milhões, dos quais 37 milhões estão administrados pelo Subprefeito da Freguesia. A Lapa deve receber 1 bilhão, 126 milhões, dos quais 41 milhões são administrados pelo Subprefeito da Lapa. Perus deve receber 1 bilhão, dos quais 28 milhões são administrados pelo Subprefeito de Perus. Pinheiros deve receber 1,35 bilhão, dos quais 44 milhões devem ser administrados pelo subprefeito de Pinheiros. Pirituba/Jaraguá deve receber 1 bilhão, 412 milhões, dos quais 36 milhões devem ser administrados pelo Subprefeito de Pirituba/Jaraguá. Eu espero que a diferença tenha ficado clara.

Agora, a pedido da Comissão de Finanças, a gente traz os gastos específicos com habitação, uma despesa que não está a cargo do subprefeito e sim da Secretaria de Habitação, da Companhia Metropolitana de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação, e são gastos voltados para cada região de subprefeitura. Para o Butantã, por exemplo, são 161 milhões de reais, com a provisão de habitação, regularização fundiária, urbanização de favelas em 2024. Casa verde deve ter 120 milhões; Freguesia/Brasilândia, 110,9 milhões; Lapa, 207,9 milhões; Perus 144,4 milhões; Pinheiros, 132,7 milhões; Pirituba/Jaraguá, 205,5 milhões. Se a gente considerar todos os gastos com a função habitação inteira, custeio, investimento e tudo no território inteiro do município, isso chega a 5 bilhões, 396 milhões.

A gente recortou aqui só as ações que são especificamente com provisão de habitação, regularização fundiária e urbanização de favelas por subprefeitura.

Acho que o que eu tinha para falar era isso. Eu vou agora agradecer. Ah, não, desculpe, tem mais uma coisa. Tem um *site* chamado programa de metas, no endereço <https://programademetas.prefeitura.sp.gov.br>. Lá tem um painel, e vocês conseguem, para cada

subprefeitura, saber quais são as entregas recentes da Prefeitura de São Paulo em relação ao Programa de Metas para cada subprefeitura. Lá tem vídeo, tem foto, tem os indicadores, as metas, as políticas específicas. Então, se vocês quiserem mais detalhes sobre o que a Prefeitura tem feito do Programa de Metas da sua região, esse *site* é onde vocês vão encontrar a informação mais atualizada e mais completa.

Agora, sim, muito obrigado. Estamos abertos as perguntas e críticas de vocês, ressaltando que este tipo de espaço – audiência pública – é essencial para que a democracia, a transparência e o orçamento público funcionem. Não estamos fazendo isso por causa da Prefeitura. Estamos fazendo isso por causa de quem mora em São Paulo e a única forma de fazermos um orçamento melhor, mais transparente e que responda ao que a população precisa, quer e espera, é ouvindo a população. Então, é para isso que estamos aqui hoje.

Fico muito feliz que este espaço esteja sendo promovido pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de São Paulo. Muito obrigado e sigamos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Samuel.

Acho que ficou, mais uma vez, muito bem explicado. A nossa preocupação era que cada região soubesse do investimento que é feito em cada região, ou seja, não apenas nos serviços que tradicionalmente as subprefeituras fazem, mas quando se coloca o investimento de educação, cultura, tudo o que acontece em cada subprefeitura.

Encerradas as inscrições. Se por acaso alguém chegou pós o início da exposição do Dr. Samuel e queira se inscrever, duas ou três pessoas, podemos permitir.

Começamos com a Marinalva Brito, de Pirituba.

Três minutos. Um pouco a mais, um pouco a menos, a gente não acha ruim.

A SRA. MARINALVA BRITO – Bom dia a todas e todos.

Venho falar especificamente da região de Pirituba/Jaraguá, Subprefeito Marcos Zerbini, infelizmente, não está presente. Está o chefe de gabinete.

Queria falar, no primeiro momento, com relação ao que estão fazendo na nossa região que é o recapeamento das principais vias de Pirituba: Miguel de Castro, Rua Hortolândia,

Raimundo Pereira de Magalhães. A gente vê a política, não sei se foi definida pela Subprefeitura - acredito que sim -, a população não foi consultada. Ruas que aparentemente até estariam em boas condições de tráfego sendo feito o recapeamento e as ruas dentro dos bairros cheias de buracos, barranco caindo, falta de muro de arrimo, falta de calçamento.

Falando aqui especificamente na região do Jaraguá. Está aqui o João de Sena que veio trazer essa reivindicação. A Rua Lope de Baena, a praça abandonada, sem manutenção sem limpeza. A Rua Rafael Ribeiro não tem calçamento. As pessoas andam pelo meio da rua e já causou até atropelamento.

Sobre a questão dos bairros, quero frisar que em vez de ficar priorizando o recapeamento que tem que ser feito, sim, mas priorizar entrar nos bairros para ver a situação que está de buraco, de muros de arrimo e etc.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marinalva.

Agora é o Carlos Cordeiro, Observatório Social Metrôpolis, Conselho Regional de Economia de São Paulo.

O SR. CARLOS CORDEIRO – Bom dia a todos e todas.

Vereador Jair Tatto, meu subprefeito Sérgio, em nome de vocês, quero cumprimentar todos os presentes.

Gostaria de rapidamente fazer algumas considerações. Acho muito importante que a Prefeitura disponibilize essas informações. Sou Conselheiro do Corecon São Paulo, Conselho Regional de Economia. Estava ontem discutindo lá no Maranhão o Congresso Brasileiro dos Economistas onde a gente inclusive viu a importância da economia solidária para redução das nossas desigualdades.

Mas vendo aqui este orçamento colocado, o Observatório Social Metrôpolis, que nós inauguramos pouquinho antes da pandemia, Vereador, ele pega os 10 distritos de São Paulo saindo da Anhanguera indo até Casa Verde, bairro do Limão, Freguesia, Pirituba e lá nós temos 1.385 milhão de pessoas morando nessa nossa região Noroeste.

São Luís onde eu estava, que é uma capital, tem 1.037 milhão. Quando a gente vê o orçamento muito bem explanado, a gente vê que tem um equilíbrio, como se fosse dividido mais ou menos numa média por Subprefeitura. Mas como isso é possível se a gente tem uma realidade tão desigual? Por exemplo, em Perus, a idade média ao morrer é de 61,5 anos, segundo os dados da Rede Nossa São Paulo; mas, em Perdizes, a idade média ao morrer é de 80 anos, ou seja, na nossa região Noroeste, vive-se 20 anos menos. E, lembrando, que a reforma da previdência institui a idade mínima de 65, ou seja, nossos pobres contribuem, mas não se aposentam.

Gravidez na adolescência, a Rede Nossa São Paulo tem e a gente tem por bairro, Vereador. A gente pega todas as mulheres grávidas e aquelas até 20 anos nos bairros centrais corresponde a 1,2% das mulheres grávidas, mas na Brasilândia corresponde a 13%. Então, onde é que está esse orçamento sendo aplicado na saúde e na educação dos nossos jovens, meninas e meninos?

Falando em jovens, enquanto esses bairros centrais têm apenas 25% de jovem, na nossa Brasilândia, na Anhanguera, Perus, nós temos 47% da população jovem. Onde é que esse orçamento está dialogando com uma política dentro do nosso território para essa juventude? Nos bairros mais ricos, a população negra não chega a 10%; mas, lá, onde nós estamos, ela chega na Brasilândia à 50,5%. Então, lá, nós somos pretos, pardos, somos jovens, morremos 20 anos mais cedo e nós não podemos, companheiro que veio da Prefeitura, eu estive essa semana na Prefeitura também no debate do orçamento, e a gente não pode concordar com o orçamento que divide os recursos iguais para realidades diferentes.

Então, gostaria muito de pedir aqui a compreensão de vocês na hora que a gente vê 3.300 propostas e apenas 90 aceitas, é muito pouco. Será que esses mecanismos realmente importantes, como este, têm sido suficientes para trazer de fato o pobre para dentro do orçamento? Pelos dados da Rede de São Paulo, isso não acontece. E a Rede Nossa São Paulo vai fazer agora o novo mapa e aí é importante ver se essa aplicação dos recursos vai mudar essa realidade depois. Porque se continuar aplicando recurso e a realidade não mudar, é porque

estamos gastando dinheiro no lugar errado e queremos ter uma participação maior.

Para finalizar, gostaria de agradecer muito nosso amigo Adilson, do DZ, que me ajudou nos convites, porque estava viajando, mas faremos no próximo sábado, no CEEFÓ da Freguesia do Ó, vamos mostrar o mapa da desigualdade, bairro a bairro, distrito por distrito. São 96. Vamos mostrar os nossos 10. Mas é para que a população do território possa dizer onde ela quer ver melhorado o serviço, onde que a gente cobra o poder público e onde dialogamos com o poder público.

Eu sei, conheço o Sérgio e tivemos uma parceria muito boa com a Rede Brasilândia Solidária na pandemia. Isso funcionou e queremos continuar fazendo isso.

Então, despeço-me aqui, mas antes quero entregar um convite a cada subprefeito e ao Vereador Jair Tatto para que estejam lá conosco fazendo essa discussão.

Vereador Jair Tatto, tem um pedido nosso, do Conselho Regional de Economia, no seu gabinete para que a gente possa discutir como a gente possa ser mais transparente nos orçamentos das nossas prefeituras. Então, em nome do meu Presidente Pedro Afonso, queria aqui reforçar esse pedido de audiência com você. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Carlos.

Rafael Calil; em seguida, Adilson Souza.

O SR. RAFAEL CALIL – Olá a todos e a todas. Sou Rafael Calil e vim falar sobre o Jardim Paulistano, que está nas escuras. Quando dá 18h escurece. Por quê? Falta de iluminação, principalmente onde tem escolas. Ao dar 18h, diversas travessas da rua do Jardim Paulistano estão ficando escuras. Em uma escola - que fica em uma travessa da Parapuã - chamada Jair Toledo Xavier tem uma escadaria que leva as crianças até a escola e, às 18h, quando as crianças têm que retornar, a escadaria está às escuras. Já aconteceu de alguns moradores caírem, infelizmente, nessas escadas.

A via João Paulo I, muito conhecida, tem uma escola chamada Chiquinha Rodrigues e ela tem um parquinho atrás dela. Ele é depósito de lixo. A gente passa por lá e tem vidros quebrados, madeiras jogadas, insetos, um monte de lixo lá e nada se resolve e também está às

escuras às 18h. As crianças têm de retornar para casa e está escuro. Os pais buscam as crianças e está escuro.

Também a outra escola, que fica lá depois do Circo Escola, chamada Theo Dutra também está às escuras.

Quero lembrar que o grande trabalho do nosso Vereador Jair Tatto é fenomenal. Porém, tem que ter essa atenção para os locais onde ficam as escolas, porque, infelizmente, em São Paulo quando dá umas 17h30 está anoitecendo e quando chega 18h, as pessoas estão voltando do trabalho. Ainda tem pontos de ônibus que estão em locais com pouca iluminação e o retorno à casa desses cidadãos, dos trabalhadores está sendo um desafio porque eles tropeçam em calçadas irregulares, às vezes eles acabam não vendo e vem um carro com farol muito grande e a rua está escura, o motorista não vê e pode causar algum acidente.

Então, peço a todos presentes uma atenção maior ao Jardim Paulistano, na via João Paulo I em especial atrás da escola Chiquinha Rodrigues, na escola Theo Dutra e na escadaria da escola Jair Toledo de Xavier também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rafael.

Adilson Souza, Instituto Rosa dos Ventos.

O SR. ADILSON SOUZA – Bom dia a todas e todos. Quero saudar a Mesa na pessoa do Vereador Jair Tatto; saudar os subprefeitos também.

Sou morador da Brasilândia e tenho uma atuação como líder comunitário lá. Quero aproveitar e parabenizar o Sérgio. Sérgio Gonelli é o subprefeito da Freguesia/Brasilândia. Marinalva, eu vou te convidar para mudar para Brasilândia porque o Sérgio não vai a Pirituba e aí você vai ter um subprefeito que possa atender as demandas da comunidade. O Sérgio tem sido um verdadeiro zelador da nossa região. Eu não poderia deixar de registrar isso, prefeito. Eu chamo de prefeito, viu, Vereador, pelo carinho e pelo zelo que ele tem por nossa região em que pese todos os problemas.

Com isso, eu quero em nome aqui da região, pedir mais dinheiro para ele, viu, para

ele ter mais autonomia lá e para poder cuidar melhor da nossa região.

Agradeço também ao Vereador Jair Tatto que também tem este olhar para a Freguesia e para a Brasilândia quando destina emendas para lá, a gente consegue impactar positivamente a vida das pessoas que moram na nossa região e é nesse aspecto que eu quero abordar aqui. A nossa região está numa área de manancial. Na época de chuva, prefeito, a gente sofre bastante porque as ocupações estão em locais irregulares. A gente sofreu agora com essa questão arbórea.

Apresentei aqui para o orçamento, Vereador, a ideia de se criar lá no Jardim Paraná um viveiro e que a gente chamou de um espaço de vivências onde a gente pudesse ali não só preparar a comunidade, mas também ajudar o poder público do ponto de vista do zelo com as árvores, do plantio e da produção de mudas. A Agenda Verde é irreversível. Não é possível que os bairros não estejam com olhar voltado a uma agenda que possa recuperar e a gente parar de sofrer com tantas enchentes, enfim, com tanta falta de cuidado em relação a ao verde ao meio ambiente.

Para finalizar, na nossa Brasilândia, a gente tem o Parque do Morro Grande. Já existe inclusive previsão de a gente ter o parque ali que é na antiga pedreira, ali no Morro Grande. Quero saber, com o orçamento desse tamanho, o que está faltando para a gente poder iniciar pontualmente a implantação desse parque lá. É uma forma de a gente poder recuperar não só a memória verde da nossa região, mas a gente iniciar um processo de conscientização da população, porque a gente pode fazer qualquer coisa, mas se a população não estiver consciente do seu papel, da sua responsabilidade junto ao poder público de poder fazer a diferença, nós não vamos avançar.

Muito obrigado e parabéns à Comissão de Finanças e Orçamento por trazer o orçamento para a população e tornar esse orçamento cidadão de forma transparente e acessível a todos. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

O que foi colocado aqui pelo Samuel, estamos à disposição.

Aqui o endereço que cada um pode acessar para pegar de forma regionalizado é o “financas”. Não dá para pôr na tela, mas o que foi colocado aqui pelo Samuel hoje tanto o orçamento geral, como regionalizado...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que tem dois aqui. Então é o www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2024.

Tem o e-mail para mandar que é o “financas” Para vocês acessarem nesse www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2024. Qualquer coisa eles passam para vocês. Vocês acessam lá região por região.

Vamos seguindo. João Santo, assessor da Vereadora Sandra Santana.

O SR. JOÃO SANTO – Bom dia a todas e a todos. Em nome do Presidente da Comissão Jair Tatto e do relator Sidney Cruz, cumprimento todas as pessoas que compõem a Mesa.

Queria, inicialmente, pedir desculpa porque o cara fica velho e é uma desgraça. Eu vi a convocação e vi Oeste e Norte e eu estou imaginando que Norte é toda de novo. Aí eu acho o Vereador relator pode me confirmar que a Norte a qual eu pertencço, que é Santana, trabalho com a Vereadora Sandra, mas moro em Santana, foi realizado na Câmara. Então, queria pedir desculpa por estar atropelando uma audiência pública que não é na minha região, mas vou falar da minha região, que eu me dirigi diretamente ao senhor naquele dia, da importância de audiência pública. Eu lhe pedi até porque o senhor foi chefe de gabinete da minha sub sobre o Córrego Vila Aurora, na Rufus King Lane. Tivemos uma grata surpresa e aí o representante da Secretaria Samuel confirmou para mim agora o grande avanço que nós demos nessa questão da Rufus King Lane.

A nossa proposta tinha sido a segunda mais votada dentro da Subprefeitura Santana e foi inviável. Mas, na devolutiva - e, aí, não é presunção nossa, e, aí, a importância da audiência pública -, a gente fez uma defesa tão vigorosa que palavras do Engenheiro Félix, da Sub Santana, em 32 anos que ele é funcionário público a Siurb, pela primeira vez, compareceu lá e

nós estamos... E, aí, eu quero reforçar o relator para realmente garantir que se comece a fazer o projeto. Então, tudo indica que vai sair. Então, por favor, relator, presidente da Comissão, o Samuel... Eu tenho isso, inclusive, em uma fala oficial de *WhatsApp*, a Vereadora Sandra Santana, que o projeto estará pronto agora, no comecinho de janeiro. Então, dá para garantir orçamento para executar ou começar a executar em 2024. São palavras de Siurb.

Agradeço e peço perdão pelo atropelo desta audiência, que não seria minha.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Próximo orador inscrito, Marivaldo Lemos, City Jaraguá. Tem a palavra por três minutos. Em seguida, Lili Souza Silva, moradora da Brasilândia.

O SR. MARIVALDO LEMOS – Bom dia a todos. Bom dia ao Sr. Presidente Jair Tatto. Na pessoa dele, cumprimento os vereadores presentes; os subprefeitos, que são os caras que seguram lá na ponta. O prefeito está um pouco distante, mas subprefeito toma porrada toda hora e defende o prefeito. Esse é o papel e a gente entende.

Bom dia também aos coordenadores e a todos os presentes.

Como morador do City Jaraguá, eu trouxe uma de várias coisas que eu poderia ler aqui, mas eu não estou achando que aqui seja o local... Ainda cabe relatar propostas também. Já é a quarta audiência regional. Mas eu vou falar assim sobre a educação. Por exemplo, os CEUs. O que acontece com o CEU Luiz Gama céu Luiz Gama? O CEU Luiz Gama tem uma carência muito grande de ser montado, de ser equipado. Precisa formar o CEU com seus funcionários. A empresa que ganhou a concorrência e que administra o CEU não está fazendo o papel a contento. Há uma deficiência, pelo tamanho do CEU, de segurança de patrimônio, que é assim está definido lá; porteiros; pessoal da limpeza; profissionais da natação. A sala de informática, eu acompanho porque eu sou conselheiro lá e eu vou às reuniões mensais. Tem mais de um ano e mês, um ano e meio que a sala de informática não está funcionando. Nós

estamos, hoje, em um período de formar a legislação nacional de uso de informática nas escolas, e nós temos uma sala montada sem instrutor, sem funcionar. E ainda fica propagando, dizendo que existe a sala, que essa sala funciona e é acoplada com a Univesp, para os alunos da Univesp. Eu sou aluno da Univesp. É uma carência total de informática, de se comungar as duas, porque os sistemas da UBES com o sistema estadual não combinam. Você é aluno digital e não consegue imprimir um material, mesmo sendo aluno dessa Univesp. Mas tudo bem. Aí é outra coisa.

Eu quero falar sobre o CEU não funcionar. As crianças estão analfabetas digitais. É preciso ver isso. O que mais chama atenção no CEU, por exemplo, hoje em um dia como este, é ter instrutor de natação. Têm poucos. Pelo número que tem de ter, seriam 19, mas tem seis. Falo com conhecimento de causa, porque participo lá da reunião do conselho.

E a outra coisa é com relação à UBS City Jaraguá Isaías Virgínio, a UBS nossa lá da localidade. Ela precisa de reforma, precisa de pintura, precisa de ser cuidada e está em carência.

A UPA. Nós participamos também da UPA. A UPA tem um estacionamento emprestado em um terreno dos predinhos. Precisa de iluminação. Já houve furto de veículos dos médicos, dos funcionários. Desde a sua inauguração até hoje ainda está escuro. É preciso uma ação com relação a isso.

E a outra coisa é sobre a escola EMEF José Kauffmann. Até a Estrada de Taipas dá uma distância de uns 300 metros. É um pedaço que tem árvore, não tem habitação e está escuro. É preciso, pelo menos, três pontos de iluminação para que possam ser instalados os bicos de iluminação, porque a Enel pede para que tenha os postes. Quem vai pagar? Segundo eles, quem tem de pagar é a prefeitura.

Então, fica aqui consignado que esses pedidos têm fundamento. Peço encarecidamente pelo bem da educação. Nós não podemos ter um CEU do porte do Luiz Gama e de vários outros com a deficiência de ensino, principalmente na área da computação. Seremos todos e já estamos quase que analfabetos digitais. É preciso avançar com isso. Essa é a minha Clemência.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Próxima oradora, Sra. Lili Souza Silva, moradora da Brasilândia. Palavra por três minutos.

A SRA. LILI SOUZA SILVA – Bom dia.

Se eu fosse falar aqui, o que precisa ter... Cadê o Jair? Jair. Querido. Gosto sempre de ver o Jair nos lugares. Eu estava falando com a companheira ali, que o Jair está sempre no lugar onde não está na mídia, mas que interessa muito ao povo.

Se eu for falar aqui do que precisa ter no orçamento da cidade para que a Vila Brasilândia seja um bairro possível de habitar, porque a gente habita lá, mas lá não é possível ser habitado. A gente habita porque a gente não tem onde morar. A gente mora lá mesmo. Se eu fosse falar tudo que precisa, eu ficaria aqui um dia inteiro. A gente tem documentos, lá, enormes.

Às vezes me preocupam um pouco essas audiências, porque a gente vem aqui falar do que precisa na Brasilândia. Desculpa, se vocês que estão sentados aí na Mesa ainda não entenderam o que precisa da Brasilândia, não sou eu que vou falar.

Então, eu quero chamar atenção só para três questões, e quem mora aqui na Brasilândia sabe do que eu estou falando. A primeira delas é o fato de que a Sabesp está em vias de ser privatizada. Para mim, isso é a coisa mais importante, pior que pode acontecer para a população da Brasilândia. Então, eu queria fazer um pedido aqui a todos vocês, que estão na Mesa, estão nesse plenário, para que lutem com unhas e dentes contra a venda da Sabesp, porque o que nós vimos acontecer na Enel, aqui vai ser fichinha perto do que vai acontecer quando a Sabesp for privatizada. Então, acho que a gente tem de levar uma luta para impedir a privatização da Sabesp, pelo bem-estar da população da Brasilândia.

Segunda coisa, a questão das organizações sociais. Desculpa, gente. O Hospital da Brasilândia foi construído nem sei há quanto tempo, já perdi a conta. Antes eu fazia as contas. E até hoje ele não funciona plenamente para a população da Brasilândia. E eu tenho uma avaliação: é porque ele está sempre na mão de organização social. Na última, parece que teve

greve, manifestação, porque não está pagando salário, não está pagando fundo de garantia dos funcionários. Teve uma que saiu, que o prefeito pagou a rescisão do salário dos funcionários. Até eu queria saber, Jair, se essa OS já devolveu o dinheiro que a prefeitura pagou para os funcionários, porque o prefeito disse que abriu um processo na Justiça para recuperar o nosso dinheiro, que foi usado para pagar os funcionários. Então, a questão das OSs.

E a última, que uma companheira falou ali, que é uma coisa muito específica e que me cala muito no coração, porque eu adoro aquele lugar, que é o CEU do Jardim Paraná. A companheira me disse, eu não sei, porque eu não fui mais lá, não subi, não entrei no CEU... Antes eu ia muito lá no CEU, hoje não tenho mais ido. Ela disse que o CEU do Jardim Paraná está abandonado, que a piscina não funciona, que o teatro não está tendo atividade. Então, eu queria que vocês respondessem aqui qual é o problema do CEU do Jardim Paraná.

É isso. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Lili Souza Silva.

Silvia Rodrigues.

A SRA. SILVIA RODRIGUES – Bom dia a todos.

Eu vou falar aqui, na audiência, a respeito do Piscinão do Córrego Ribeirão Vermelho. Novamente vou bater na tecla das últimas audiências, porque também toquei no assunto. Foram destinados 6 milhões para arrumar o Córrego Ribeirão Vermelho. Porém, eu moro ali próximo ao piscinão, que sempre tá com a comporta fechada e sempre nos alaga. É o piscinão que fica antes do Pão de Açúcar. Fica fechada comporta, então a água fica toda ilhada para o nosso lado, perto da Combustol. Já pedimos várias vezes para ser retirada essa comporta, porque foi colocada essa comporta justamente para a água não fluir, porque está na direção do córrego. Não tem lógica ter uma comporta antes do piscinão. Mas, somos noticiário toda vez que tem problema de enchente, e os helicópteros já chegam antes, porque já sabem que ali vai alagar.

Então, já é uma história muito, muito antiga. Só que estamos aguardando. A Subprefeitura Pirituba/Jaraguá..., o Marcos Zerbini falou para ser feito um abaixo-assinado com os moradores para poder levantar um pouco a rua, porque nós estamos abaixo do nível. Estamos praticamente no nível do córrego. Então, é quase que impossível a gente não sofrer com o problema da enchente ali, porque a avenida está mais alta e a nossa rua é sem saída, e tem duas vielas. Essas vielas e a rua estão abaixo do nível da avenida, então não tem como ficarmos sem enchente.

Foi feito um abaixo-assinado com os moradores para poder elevar a rua, para poder dar caída para avenida. Fizemos esse abaixo-assinado, eu os moradores, fizemos várias reuniões. Porém, quando fomos pedir uma explicação à subprefeitura, foi alegado que o engenheiro esteve lá e que falou que nós moramos em um local inadequado e que não tem solução. A pergunta é: foi feito o esgoto em 2019, em um prazo de 5 dias. Os moradores todos se prontificaram. Foi realizado esse esgoto. A rua foi todinha quebrada. Mesmo tendo problema de enchente não foi refeito o asfalto. Até hoje estamos naquela situação. Estamos em 2023 indo para 2024. Quer dizer, 4 anos de abandono. O asfalto na avenida foi feito desde a Turística do Jaraguá a perder de vista. Porém, a nossa rua até hoje nada. Nem elevar o nível da rua, que disseram que não pode. Pedimos o laudo para o engenheiro, para sabermos o porquê não foi aprovado, afinal de contas, pagamos imposto e temos o direito de exigir que seja elevada a rua. Inclusive, conversando com os moradores, nos prontificamos a um ajudar o outro, em regime de mutirão que seja, para levantarmos as casas que estejam abaixo do nível - por falta de condições dos moradores, que fosse esse o caso. Porque ali, a própria Defesa Civil..., levei o administrador regional, a Defesa Civil, a Sabesp, levamos todo mundo ali, fizemos uma reunião, tudo provado em vídeo, para poder mostrarmos a situação: que estamos no nível do córrego. Então, até mesmo as bocas de lobo estão no nível do córrego. Então, elas entopem primeiro. O muro está quase chegando para ultrapassar. O muro já rachou inteiro. Então, corre o risco de o muro cair e alargar todas as casas. Então, a gente não sabe mais o que fazer. E o que recebemos de resposta da Subprefeitura... - inclusive saí brava no dia, afinal de contas, a gente está fazendo

de tudo para sair dessa situação e não temos resposta -, e escutam os que moramos em um local em que não deveríamos morar ali. Só que pagamos imposto há mais de 40 anos. Nós não fomos isentos de imposto, porque a nossa casa não enche de água, mas a nossa rua enche, perdemos os nossos carros, mas como os móveis não foram molhados, então nós não somos isentos dos impostos. Não sabemos mais o que fazer. E o Subprefeito pegou um projeto, que vai ser colocado em prática, que tem os 6 milhões para serem investidos. Fiz questão de olhar esse projeto. Tenho batido nessa tecla, porque, pelo projeto, a Mamute, que é a empresa, que vem do Monte Alegre até perto da Anhanguera, vem em uma linha reta... E não vão mexer com essas empresas, nem com a Mamute, nem com a Violeta, nem com a Combustol. Não vão mexer com nenhuma delas. Em compensação, as residências vão ser retiradas, de pessoas que já moram há 40 anos embaixo de enchente, porque não teve prefeitura para resolver.

Então, não sabemos mais o que fazer.

Por favor, pedimos socorro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sílvia.

Deixa eu fazer uma consideração. Hoje foi mais rápido do que eu imaginava, mas, aqui, na condição de presidir mais esta audiência e em mais nove anos de experiência na Comissão, sendo sete como presidente, eu tive a oportunidade de, duas vezes, designar o então Vereador Ricardo Nunes, hoje Prefeito, como relator do orçamento. Ele foi um bom relator, como está sendo este companheiro que fala que é novo. Ele deve ser novo de idade, mas de novo ele não tem nada lá na Câmara.

Então, primeiro, Lili sobre a Sabesp, me... Porque vocês, subprefeitos,... Até depois, se vocês quiserem usar a palavra para alguma coisa específica... Porque foi colocado..., cada... A Marinalva falou de Pirituba, o outro falou de Freguesia. Mas são aquelas coisas cotidianas, que sempre vamos discutir. Então, o que que eu tenho pensado? Vocês são o parapeito. Sabesp para em vocês. E, da Sabesp, eu só vi uma reclamação até hoje. Vamos ver se vocês conferem comigo: que ela ia lá, fazia o serviço, fazia rápido, eficiente, mas deixava o buraco para vocês taparem. Então, nobre Relator, a inconsistência das coisas, que eu quero aqui colocar

rapidamente, é isso: não há um morador, que eu conheça, da cidade de São Paulo, que reclame do serviço da Sabesp. Então, não há justificativa. Isso é verdade que o governador tem de criar alguma coisa para dizer que deu impacto. E eu falo para o prefeito: “Não entra nessa, prefeito. Não pode ser objeto de negociação e de troca” para ter o apoio do Tarcisão lá, para ele, prefeito.

Então, o que ocorre? E estava vendo aqui, nobre Relator, que para todas as subprefeituras que vocês comandam, foram orçados 212 milhões para este ano, mas executou mais. Eu vou aqui tentar ser rápido. Já empenhou 304 milhões. Então, empenhou mais, um pouco mais do que foi orçado. Só que, o que está orçado para o ano que vem..., então, são 256 milhões para todos vocês. Então, aqui, menos do que os 272 que foram colocados para este ano.

Então, o que eu quero colocar aqui, de uma maneira sem coloração partidária, de uma forma republicana, é que a questão do orçamento participativo vai continuar sendo um grande desafio na cidade de São Paulo. Eu me lembro de que, no governo Haddad, depois que ele renegociou a dívida, o máximo, Relator, que ele conseguiu ter para investimento eram 4 bilhões e 100 milhões de reais. Hoje, 14.946. Dá quase 15, Samuel. Então, nós estamos em uma contramão da história, porque quando forçamos a participação popular, não tinha dinheiro. Hoje tem dinheiro e não tem a participação popular. É um absurdo vocês não cuidarem do Tapa Buraco.

Então, eu tenho dito, em todos os lugares e hoje eu já dei entrevista, que a questão, nobre Relator,... Porque o problema não é colocar, às vezes, 500 milhões, 200, 300 nas subprefeituras. Tem um problema de centralização, que eu quero colocar para vocês, que eu discordo, que eu acho que tem de mudar é o seguinte: surgiu, então, a Secretaria, que não existia, que é a da Casa Civil. Então, existe a Secretaria de Governo, que faz a articulação política. Criou-se, também, no governo Haddad, a Secretaria de Relações Governamentais. Qual o objetivo? Tratar com a Câmara. Muito bom. Então, hoje, a Casa Civil aporta lá. Então, vocês vão perceber que é capaz, Relator, de chegar um bilhão de reais lá. A função dela seria o quê? Pegar as emendas parlamentares, claro, muito importante, é uma Secretaria que cuida dos Srs.

Vereadores. Eu sou favorável às emendas parlamentares, porque hoje o instrumento melhor para descentralizar são as emendas parlamentares, o senhor sabe disso. Às vezes falam, manda emenda para cá, há subprefeitos que pedem sobras de emendas e falam: deixa eu fazer ali uma intervenção. Tranquilo, vamos ajudar.

Repito que o atendimento, não tenho absolutamente nada a reclamar de nenhum de vocês, nenhum Secretário. Então, estamos invertendo a história, dinheiro não tem participação popular. Quando tinha participação popular não tinha dinheiro suficiente. Então a Casa Civil, claro, é uma Secretaria que hoje está só para ter esse valor, que pode chegar a 1 bilhão de reais, porque daí o Prefeito vai atendendo vocês conforme a necessidade. Por isso que eu falei, hoje é tanto, executou mais. Que bondade é essa, então, vamos colocar mais.

E aí falar de tapa-buraco, não sei se poda de árvore está com vocês, ou também está centralizado. Só falta pôr mais equipes, porque às vezes coloca duas equipes em uma Subprefeitura, se resolvem todos os problemas.

Então, é isso, a Casa Civil não tem de ser um instrumento de ficar socorrendo vocês. Não tenha a menor dúvida de que o Relator tem margem para melhorar bem o orçamento de vocês nas subprefeituras. Então, acho que essa questão da centralização é um debate que tem de ser feito.

Eu ouvi do Sub de Pinheiros agora, eu fiz uma pergunta, vocês me permitam, meio de ladinho, como está a participação popular? Vocês falaram, muito fraca. É isso? Pinheiros diz que é boa, porque Pinheiros tem rede social funcionando. O Conselho Tutelar agora foi um negócio, três mil votos, na votação Pinheiros. É rede social isso aí, não é mobilização, é rede social que funciona. E a participação popular em Pinheiros é melhor do que a de Cidade Tiradentes, Pirituba e dos fundões.

Eu tenho de guardar aqui, alguém falou do CEU Paz, que para chegar até lá em cima, já fui muito lá, não é Adilson. Então, lembro que a Prefeita Marta, que hoje é Secretária desse Governo, perceba que estamos aqui com o coração aberto, lembro do recorte social feito a partir dos CEUs, o CEU Paraná, o CEU Paz, o CEU Cantinho do Céu. Lembro que meu irmão, Jilmar

Tatto falou: Marta faz lá. Mas aquilo não dá, aquilo é um buraco. Faça. Eu pego o CEU Inácio Monteiro, na ponta da Leste, e pego aquele CEU lá na Estrada dos Funcionários Públicos, que está quase chegando em Itapeverica da Serra. Esse é um recorte social que ficou para a história, através de participação popular.

Então, nobre Relator, V.Exa., como é de praxe, vai terminar. Se alguém quiser se manifestar, porque acho que o tema é geral. O Samuel, a tarefa dele, mais uma vez bem-feita, está à disposição de vocês.

E o que quero dizer é isso, se não criarmos, porque o conceito é gestão, não são vocês. Volto a dizer, vocês nos atendem muito bem, pontualmente, a pandemia foi um grande desafio na vida de vocês. Os secretários nos atendem muito bem, não é esse o problema. O que entendo é gestão.

Nós estamos pedindo ao nobre Relator, mas ele também já tinha isso em mente, que cultura não tem de ser mais centralizada totalmente na Secretaria de Cultura. Quando o Ricardo Nunes foi Relator, eu Presidente, que o indiquei Relator, nós fizemos lá uma experiência. Nós pegamos a dimensão geográfica, a dimensão populacional e de uma maneira toda especial o IDH de cada Subprefeitura.

Na época fizemos um teste, o valor per capita por Subprefeitura. Quando você falou que tinha na região 1 milhão... Na época, há oito anos, dava 1 milhão, não é Rogério, era 1 real per capita. Depois, você ia no IDH, lembro que Perus, Cidade Tiradentes, as mais pobres, esse é o termo que se usa, as subprefeituras mais pobres, e Parelheiros. Eram as três que tinham mais recurso para a cultura, mas também não foi possível executar. Não tem sentido, porque daí faz lá.

Sempre falamos – e já para encerrar -, lembro do grande debate dos pancadões, o problema dos pancadões. Eu até reclamava, o pessoal da cultura, não, não fala assim do pancadão. Eu falo sim, pancadão não é coisa boa não. Coisa boa é o funk, é o rap, o samba, porque eu sempre avaliava, os pais sofriam duas vezes. Os filhos, uma parte significativa, menor de idade, iam para um ambiente não agradável, já sofriam uma vez. E a Polícia chegava lá

sentando a borracha. Então, sofriam duas vezes.

Então, nobre Relator, temos falado muito sobre isso, que cada um de vocês tenha um valor para ter a cultura feita por ali, porque tiramos aquele ambiente desagradável, se contrata lá. Chama o Conselho Participativo, chama a população, e faz os eventos culturais independente de esperar a Virada Cultural para saber o que vai para a Brasilândia, o que vai para a Capela do Socorro. É difícil pôr lá 1 milhão de reais? Eu acho que vocês com 1 milhão de reais para fazer cultura, vocês arrebetam de fazer coisas pequenas o tempo inteiro. E aí trocamos esse perfil cultural de cada região, porque o Poder Público está junto, a Guarda Civil acompanha.

Então, acho que são desafios que podemos pegar. O ano passado também, o Relator ouviu todos e todas. Todos os movimentos sociais, eu tenho consciência disso. Esse ano também, não é Sidney, quando conversamos, a Comissão inteira conversou e pedimos ao Relator: aja como o senhor agiu no ano passado. Ouviu todos, todas, movimentos, associações, todos os segmentos da sociedade, para que possamos transformar aquilo que é uma peça em um substitutivo. É isso que tenho falado, quanto mais mexer na peça que vocês mandaram, Samuel, melhor para todos nós.

Vou passar ao Relator, depois faço o encerramento. Muito obrigado, por me ouvirem.

O SR. SIDNEY CRUZ – Parabéns, Presidente Jair Tatto. O Presidente falou em pé, então, vou fazer o mesmo, eu sigo V.Exa.

Quero parabeniza-lo por essa sensibilidade social e de descentralização das ações para as nossas periferias. Nós comungamos em muitos pontos, acho que por conta das nossas origens periféricas. Sou de uma das favelas da zona Sul, da Pedreira, divisa com Diadema

Ouvi atentamente, sou filho e cria de uma favela no Parque Doroteia, na Pedreira. Ouvi todos atentamente, Marinalva, de Pirituba, que falou do recapeamento. E falou que gostaria de ver o recapeamento chegando nas ruas mais aos fundos. Acho que essa é uma vontade de todos e de todas as periferias.

O Prefeito Ricardo Nunes, acho que está fazendo o maior programa de recapeamento da história da cidade de São Paulo, começando com as vias primárias, já

entramos nas secundárias. E a ideia é chegar, e estamos pedindo e acompanhando para que chegue também onde o povo está, onde o povo mora, onde o povo circula todos os dias ao sair das suas residências.

Ouvi o Carlos Cordeiro, do Observatório. Carlos, você trouxe números importantes. Mostrou a média de vida dos bairros nobres, chegando a 80 anos, 20 anos a mais do que nas nossas periferias. O senhor falou um pouco do território, se levar essa média para o Grajaú, cai drasticamente, é pior ainda.

Então, sei que temos muito que avançar nas nossas periferias. Temos muito que evoluir. E quando falo de evolução, eu sou fruto da força da educação. Eu não acredito em outra ferramenta que não venha a passar pelo tripé que chamo de esporte, cultura e educação, ou cultura, esporte e educação. Ou investimos com força para ver o que o senhor pediu, ah, no futuro vamos olhar se esse orçamento teve resultado. Só terá resultado, as obras são importantíssimas, as vias muito. Mas ou pegamos os nossos pequeninhos e começamos a inserir esporte, cultura, educação e cidadania, fazer com que eles cheguem no futuro com capacidade de debate, de enfrentamento no campo das ideias, ou sabe quando vamos mudar, Sr. Carlos, essa realidade? Vou falar com o senhor em alto e bom tom, nunca.

Precisamos mudar a forma de atacar essa desigualdade. E falo isso com muita propriedade. Cheguei na faculdade, quando o professor falava casa, Dr. Samuel, eu na graduação, eu ficava olhando com os olhos arregalados, como diz lá no Ceará, e será que é com “S”, com “C”, ou com “Ç”. Louco para ser um bom advogado, mas a base educacional zero. Então, precisamos começar por aí.

Ouvi o Rafael Caliu, do Jardim Paulistano, falando da Enel. Nós tivemos um apagão geral terrível, mais de seis dias com problemas. Acho que mostrou a ineficiência dessa concessionária. E por conta do que aconteceu, hoje, na Câmara Municipal, temos uma CPI da Enel, que vai apurar todos esses fatos. E ao final responsabilizar os responsáveis. E quando falo de responsabilizar, tem que chegar no bolso, senão não dói, senão não sente na alma. Alguns só no bolso. Para outros a liberdade. Aí não quero nem enveredar por esse lado, senão teríamos

de ter mais tempo, Sr. Presidente.

E já quero aproveitar esse gancho da Enel, alguém falou da Sabesp, o Presidente falou da qualidade da Sabesp, dos serviços prestados. E do problema que a Sabesp traz para a cidade de São Paulo com os buracos. Essas concessionárias, e não é só a Sabesp. A Sabesp é uma delas. Temos a Comgás e outras concessionárias que fazem um estrago na cidade de São Paulo. E a conta é altíssima. Uma conta que pagamos, que não é da nossa responsabilidade. E que tira do tripé da transformação, que tira do social.

O ano passado, no fechamento do orçamento, o Presidente sabe o quanto conseguimos atender e reforçar na assistência social, na cultura, fizemos um aporte de 50 milhões a mais. Descentralizamos ações. No social, na SMADS, colocamos dinheiro. No PopRua, aos moradores em situação de rua, colocamos também 50 milhões a mais, o Presidente sabe, uma demanda da Comissão. Muitos Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal, criamos um fundo de combate à fome que não existia, no valor de 190 milhões de reais. Então, nesses pontos que eu comungo com o nosso Presidente.

O Adilson falou a respeito também da Brasilândia. E falou da preocupação do meio ambiente, do verde. É uma preocupação que temos de ter. Infelizmente a nossa cidade, chegamos nas franjas, e não tem mais de forma horizontal, para onde crescer. Só do lado da Represa Billings, lá não tem mais lugar para construir. Na Guarapiranga, a mesma coisa. Só se começarmos a fazer as palafitas, como na Amazônia, casa em cima da represa, porque no entorno já não tem mais lugar. Então, são áreas consolidadas. Precisamos dar estrutura para essas famílias que lá estão. E evitarmos a continuidade, Srs. Subprefeitos, representantes das subprefeituras e dos territórios.

João Santo, do córrego Vila Aurora, fico feliz porque depois da sua participação, João, que tive o prazer de conhecer quando fui Subprefeito de Santana/Tucuruvi, sua demanda vai caminhar. E o que depender deste Relator, quero reforçar, vamos garantir esse orçamento junto a SIURB, para no ano que vem vocês tirem essa preocupação do rol de problemas.

O Marivaldo, que falou do CEU, e trouxe outro ponto que me faz voltar para o tripé

da transformação. Falando da educação, do problema do CEU, da falta de estrutura. Falando da ignorância virtual, tecnológica do nosso povo. Infelizmente temos um problema muito sério, que são os analfabetos digitais, além dos analfabetos funcionais, ou semianalfabetos. O caso que falei, quando cheguei na graduação, eu era classificado como analfabeto funcional. Eu lia e não sabia o que estava lendo. Tive de correr demais para chegar.

E nesse ponto, Presidente, quero voltar um pouco na audiência que tivemos com a Secretaria de Tecnologia. Falamos a respeito dos telecentros e do Fab Lab, o senhor se recorda? Foi um ponto que trouxeram com relação a esses telecentros, que são espaços importantes dentro dos CEUs. E é um compromisso também do Presidente, da Comissão de Finanças, vamos garantir orçamento para o próximo ano, para melhorar essa qualidade da prestação de serviços. E no combate ao analfabetismo digital. Sem esquecer da melhor idade, que precisa também pegar o celular e saber usar o WhatsApp, entrar no Instagram. Precisamos ensinar as duas pontas. Essa camada social do meio já nasce ou aprende com mais facilidade. Precisamos pegar os que estão iniciando e os nossos idosos.

A Lili, da Brasilândia. Quando fala da Brasilândia, Lili, só discordo de um ponto, com relação a essas audiências públicas regionais. Acho que é uma forma de voltarmos a trazer a população para soltar a voz. Eu, e tenho certeza, como a senhora falou, o Presidente Jair Tatto está nos lugares em que os holofotes não estão. Infelizmente, precisamos de tudo. Tem gente que quando abre a geladeira já começa a falar, aquela luz, e esquece que não é uma câmera de televisão. E tem outros que não. Estão escondidos, mas estão trabalhando muito. E nós temos bons quadros na Câmara Municipal, que fazem esse trabalho.

Então, conheço muito bem, o Carumbé, Jardim Paulistano, a Capadócia, que lugar, com todo o respeito, olha que eu sou de uma favela, mas é uma favela que precisa de muita atenção, nosso povo da Capadócia. Então, só esse ponto que falo que temos de continuar reforçando essas audiências públicas regionais. E trazendo a população para dentro do debate. Com certeza, nada aqui é em vão. Ouvimos, processamos e dentro do possível, porque a política é a arte do possível.

O Presidente Jair Tatto falou que na época do Haddad, tinha 4 bilhões de reais. Concordo com o Presidente, acho que falta participação popular. E temos de reforçar isso, trazer essa participação popular do período do PT, na cidade de São Paulo. Mas por outro lado, Presidente, hoje serão uns 15 bilhões de reais, se formos comparar a força do dinheiro da época do Haddad, e a força do dinheiro hoje, acho que dá pau a pau. O dinheiro é o mesmo, agora a participação popular precisamos reforçar.

Caminhando nas falas, tivemos a Sabesp, que foi falada. Quero só abrir um parêntese rapidamente para falar da Sabesp. Já falei da CPI da Enel e quero falar que coincidentemente também sou Presidente de uma Comissão Especial que estuda sobre a privatização da Sabesp. E vou dizer, eu, parlamentar, Presidente dessa Comissão, atualmente, neste momento, sou totalmente contra, por todos os motivos...

- Manifestação do público.

O SR. SIDNEY CRUZ – Por todos os motivos sabidos por todos. Porém, eu sou uma pessoa que, se me convencer, eu mudo de opinião. Eu não sou pessoa que traz uma ideia e aquela ideia é imutável, eu não sei se é um defeito ou uma qualidade minha.

Então, nós instituímos esta Comissão Especial, já ouvimos o Presidente Salcedo, da Sabesp, na última quinta-feira; ouvimos a Natália, que é Secretária do Meio Ambiente; ouvimos o ex-Deputado Federal Geninho, que foi relator do marco legal do saneamento; vamos ouvir especialistas, vamos ouvir toda a área técnica, vamos fazer diligências nas duas represas que abastecem a nossa cidade, que é a Billings e a Guarapiranga, e está aqui um vizinho da Billings e o outro da Guarapiranga.

Conhecemos muito bem o lodo de fezes que é jogado há anos dentro dessas represas. São represas, como eu já falei, que são as nossas caixas d'água, que abastecem São Paulo e a Grande São Paulo. Então a gente precisa levantar o custo da recuperação desse passivo.

É uma dívida histórica da Sabesp e esta conta precisa aparecer no papel porque vai que a gente não consiga parar o que está acontecendo; precisa estar no papel para ter

compromisso, Presidente. Como advogado, para mim, é cara crachá. Então a gente precisa mostrar essa conta.

Esta Comissão começou agora, tem o prazo de 60 dias, podendo ser prorrogáveis por mais 60 dias. A privatização é competência do Governador; agora, a anuência é do Município, que é o maior cliente da Sabesp. São 3 milhões de famílias e mais de 11 milhões de pessoas que são os clientes da Sabesp. São 370 e poucos municípios. A Sabesp é a responsável por esses municípios.

São Paulo, a nossa cidade, querida e amada São Paulo, corresponde a 50% do lucro da Sabesp. Aí a Secretária me falou: “Dr. Sidney, mas não tem como. A infraestrutura para abastecer a cidade de São Paulo é a mesma infraestrutura para os 300 e poucos municípios”, e eu falei: “Eu concordo com a senhora. A gente precisa, tem rios que desaguam nas represas, que abastece a Cantareira. E, por outro lado, dá para a gente enxergar o quanto a cidade de São Paulo é importante, é só olhar a receita. Dá para individualizar a receita. E essa receita é poderosa para fazermos o que a gente bem entender”.

Só para finalizar esse assunto da Sabesp, nós vamos apresentar números, vamos apresentar estatísticas, vamos apresentar as informações necessárias para, no momento oportuno, a Câmara Municipal tomar a melhor decisão com base em dados.

Por que que eu estou falando isto? Como advogado, não sou engenheiro, não sou técnico, mas analisando privatizações que já tivemos no Rio de Janeiro, em Manaus, em outras cidades do mundo, vejo que algumas dessas cidades retroagiram, cancelaram. No Rio de Janeiro tivemos, houve um aumento significativo da conta de água. Eu vejo mais exemplos negativos do que positivos. Isso precisa ser analisado. Então, fiquem tranquilos que a Câmara Municipal está debruçada neste assunto e, no momento certo, decidiremos sobre ele.

A Sra. Silvia Rodrigues falou do Córrego Ribeirão Vermelho e eu queria abrir aqui um parêntese: o prefeito Ricardo Nunes encaminhou R\$ 6 milhões para cada Subprefeitura, foram 32 subprefeituras. Cada Vereador da Câmara Municipal tem só R\$ 5 milhões por ano de emendas, mas o Prefeito mandou R\$ 6 milhões e deu autonomia para os Conselheiros

Participativos decidirem os locais onde esses valores seriam investidos.

E quando eu ouço, que nem o meu amigo que falou, o Fábio, que infelizmente poucos Conselheiros são participativos, de fato, eu acho que ele precisa fazer uma reflexão, Presidente. A gente precisa ter muito cuidado na hora de elegermos os Conselheiros Participativos, porque eles têm um papel fundamental na democratização não só do orçamento, mas nas decisões do Município.

A gente fala de R\$ 110 bilhões. Nos últimos dias, depois que o V.Exa. me indicou Relator do Orçamento pelo segundo ano consecutivo, as pessoas olham para mim e acham que sou o Tio Patinhas. Eu acho que só vem assim: “R\$ 110 bilhões com o Vereador Dr. Sidney”, mas é importante a gente ressaltar que, desses valores, apenas R\$ 14 bilhões são destinados a investimentos; os demais já têm endereço certo, os demais, tirando os R\$ 14 bilhões, já têm compromisso com a folha, enfim. Então é bom a gente também enxergar que esses R\$ 110 bilhões não são um valor que o Relator tem de forma absoluta para mexer. Isso é relativo, não é que nem omelete, que a gente mexe com tudo.

Quero parabenizar novamente o Samuel, quero agradecer a presença da Guarda Civil Metropolitana sempre nos dando apoio, que acabei me esquecendo de citar nos primeiros agradecimentos; e quero corrigir. Agradecer a assessoria, aos representantes das Subprefeituras, que são a linha de frente, o abre alas, recebem todo o para-raios, o imã.

Eu vejo os números e quando você vê por território, por exemplo, o Butantã, R\$ 1,3 bilhão. E você olha lá na pontinha, R\$ 40 milhões só para a Subprefeitura do Butantã; e R\$ 1,3 bilhão de ações de outras Secretarias. Isso é para vocês enxergarem que a ingerência de uma Subprefeitura é bem pequenininha, é quase sumindo, se a gente for comparar com todas as ações que estão relacionadas às Secretarias. Porém, quem tem o contato direto, as portas de entradas, são as Subprefeituras. Então a gente precisa mudar muita coisa, Sr. Presidente, mas devagarzinho vamos em frente e eu acredito muito que esta participação popular seja o início de um novo ciclo e de mudanças.

Muito obrigado a todos. Fiquem com Deus. Um ótimo final de semana. E vamos

juntos, Presidente, porque juntos somos mais fortes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou informar as próximas audiências públicas.

Esta Comissão revisará a audiência sobre o PL 578/23, que é o Orçamento de 2024, terça-feira, com início às 10 horas no Auditório Prestes Maia, na Câmara Municipal. Nós temos a sétima audiência temática, onde nós vamos discutir Subprefeituras, a Secretaria; infraestrutura e obras; concessões e parcerias; Agência Reguladora de Serviços Públicos no Município de São Paulo - SP Regula; São Paulo Urbanismo; Secretaria Municipal das Subprefeituras; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SP Obras; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista.

Na terça, dia 21, às 10 horas, no 8º andar da Câmara, Salão Nobre, a audiência temática do Orçamento que compreenderá: Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

O Relator agradeceu a todos a todas, aguarda a nossa assessoria. Obrigado, Samuel. Obrigado, Subprefeitos. Um abraço a todos que representaram os Subprefeitos, um abraço aos que não vieram também e especialmente a vocês.

Nada mais havendo a declarar, está encerrada a nossa audiência pública.